



## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

### **PARECER**

PROJETO DE LEI Nº 32/2018, ENCAMINHADO ATRAVÉS DA MENSAGEM Nº 40/GG, QUE:

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO VENCIMENTO E DOS SUBSÍDIOS DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES, DOS POLICIAIS CIVIS, AGENTES PENITENCIÁRIOS E PROCURADORES DO ESTADO, AUDITORES GOVERNAMENTAIS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**RELATOR:** Deputado JOÃO MADISON

### **1 – RELATÓRIO**

O Chefe do Poder Executivo estadual encaminhou lei que versa sobre o reajuste *do vencimento e dos subsídios dos policiais militares e bombeiros militares, dos policiais civis, agentes penitenciários e procuradores do estado, auditores governamentais professores do magistério superior*, corrigindo a inflação do período que é o limite permitido pela lei eleitoral.

Em sua justificativa, o autor afirma que a intenção desse projeto é recompor as perdas salariais decorrentes da inflação, no percentual que é permitido pela lei eleitoral, tendo em vista o calendário eleitoral do ano em curso.

A proposição foi encaminhada com pedido de regime de urgência.

Esse é o relatório.

### **2 – VOTO DO RELATOR**

Sendo assim, passo a emitir o parecer por observância dos artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa.

De início, verifico que a iniciativa da presente proposição ocorreu nos termos do art. 75 da Constituição Estadual, não havendo, nesse caso, inconstitucionalidade por vício de iniciativa.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do Regimento Interno.

A urgência solicitada pelo Chefe do Poder Executivo encontra amparo no art. 76 da Constituição Estadual.

Por fim, afirmo não ter encontrado, nesse caso, inobservância aos princípios constitucionais previstos na CF/88.

Destarte, manifesto-me pela aprovação dessa proposição, em razão de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade bem como da boa técnica legislativa apresentada.

Este é o meu parecer.

**3 – PARECER DA COMISSÃO**

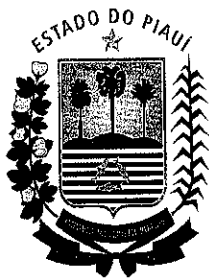
Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

- a) Pela aprovação
- b) Pela rejeição

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Teresina, 21 de junho de 2018.

  
Deputado **JOÃO MADISON**  
Relator



# Assembléia Legislativa

APROVADO A UNANIMIDADE  
EM, 21/06/18  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  
Finanças

Justiça

20 6 18

PLP 100/PA3

Ao Deputado João Madson  
para relatar.  
Em 20/6/18  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça

APROVADO A UNANIMIDADE  
EM, 21/06/18  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  
Justiça

APROVADO A UNANIMIDADE  
EM, 21/06/18  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  
Administração

Abstenção de Madson  
Mussa